

**COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU
SICOOB VALE DO IGUAÇU**

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

Valores expressos em milhares de Reais

ATIVO	30/06/2018	30/06/2017	PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	30/06/2018	30/06/2017
Circulante	304.196	356.154	Circulante	340.869	314.211
Disponibilidades	5.441	3.137	Depósitos (Nota 12)	231.406	218.692
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4)	39.219	7.920	Depósitos a vista	49.185	38.572
Relações Interfinanceiras (Nota 5)	64.464	96.105	Depósitos sob aviso	1.084	1.341
Operações de Crédito (Nota 6)	190.710	244.539	Depósitos a prazo	181.137	178.779
Operações de crédito	196.303	251.172	Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	38.317	11.745
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.593)	(6.633)	Relações Interfinanceiras (Nota 13)	61.881	75.617
Outros Créditos (Nota 7)	2.920	2.946	Outras Obrigações (Nota 14)	9.265	8.157
Créditos por Avais e Fianças Honrados	507	202	Cobrança e arrecadação de Tributos e Assemelhados	132	170
Rendas a Receber	622	981	Sociais e Estatutárias (Nota 14.1)	883	1.072
Diversos	2.763	2.034	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14.2)	672	696
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(972)	(271)	Diversas (Nota 14.3)	7.578	6.219
Outros Valores e Bens (Nota 8)	1.442	1.507	Exigível a Longo Prazo	3.457	1.962
Bens não de uso próprio	1.161	1.274	Relações Interfinanceiras (Nota 13)	3.435	1.734
(Provisões para desvalorizações)	-	-	Outras Obrigações (Nota 14)	22	228
Despesas Antecipadas	281	233	Diversas (Nota 14.3)	22	228
Não Circulante	102.541	12.602	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	62.411	52.583
Realizável a Longo Prazo	84.462	-	Capital Social	44.924	39.988
Operações de Crédito (Nota 6)	84.462	-	Reserva de Lucros	12.840	9.039
Operações de crédito	87.229	-	Sobras do Semestre	4.647	3.556
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(2.767)	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	406.737	368.756
Permanente	18.079	12.602			
Investimentos (Nota 9)	8.620	4.805			
Imobilizado em Uso (Nota 10)	8.912	7.166			
Intangível (Nota 11)	547	631			
TOTAL DO ATIVO	406.737	368.756			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU
SICOOB VALE DO IGUAÇU

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

Valores expressos em milhares de Reais

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	30/06/2018	30/06/2017
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira (Nota 18)	28.211	26.441
Operações de Crédito	27.381	26.365
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	830	76
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira (Nota 19)	(11.585)	(14.706)
Operações de captação no mercado	(6.423)	(9.625)
Operações de empréstimos e repasses	(2.098)	(2.341)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.064)	(2.740)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	16.626	11.735
Outras Receitas/Despesas (Ingressos/Dispêndios) Operacionais	(11.221)	(6.784)
Receitas(Ingressos) de Prestação de Serviços	3.049	2.720
Rendas(Ingressos) de Tarifas Bancárias	2.859	2.502
Despesas(Dispêndios) de Pessoal (Nota 20)	(9.195)	(7.887)
Outras Despesas(Dispêndios) Administrativas (nota 21)	(9.473)	(8.409)
Despesas(Dispêndios) Tributárias	(196)	(154)
Outras Receitas(Ingressos) Operacionais (nota 22)	2.172	1.795
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	2.164	4.455
Outras Despesas(Dispêndios) Operacionais (nota 23)	(2.601)	(1.806)
Resultado Operacional	5.405	4.951
Resultado Não Operacional (Nota 25)	(85)	76
Resultado Antes das Destinações Legais	5.320	5.027
Imposto de Renda e Contribuição Social	(134)	(216)
Participações Estatutárias nas Sobras	(539)	(1.255)
Juros ao capital (Nota 24)	(539)	(1.255)
Sobras/Perdas Líquido	4.647	3.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU
SICOOB VALE DO IGUAÇU

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

Valores expressos em milhares de Reais

Eventos	Capital		Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal		
Saldo em 01/01/2017	38.218	(488)	7.783	2.512	48.025
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Constituição de Reservas	-	-	1.256	(1.256)	-
Ao Capital	1.253	-	-	(1.253)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(3)	(3)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	3.004	(71)	-	-	2.933
Por Devolução (-)	(1.929)	-	-	-	(1.929)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	3.556	3.556
Saldos em 30/06/2017	40.546	(559)	9.039	3.556	52.582
Saldos em 01/01/2018	44.499	(453)	11.340	3.163	58.549
Destinação de Sobras Exercício Anterior:					
Ao FATES	-	-	-	(163)	(163)
Ao Capital (nota 16c)	1.494	-	-	(1.494)	-
Constituição de Reservas	-	-	1.500	(1.500)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	(6)	(6)
Movimentação de Capital:					
Por Subscrição/Realização	1.610	(44)	-	-	1.566
Por Devolução (-)	(2.182)	-	-	-	(2.182)
Sobras ou Perdas Líquidas	-	-	-	4.647	4.647
Saldos em 31/12/2017	45.421	(497)	12.840	4.647	62.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU
SICOOB VALE DO IGUAÇU
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E
DE 2017

DESCRIÇÃO	30/06/2018	30/06/2017
Sobras/Perdas do Semestre	5.321	5.027
Ajustes por:	700	(730)
IRPJ / CSLL	(134)	(216)
Provisão para Operações de Crédito	264	(94)
Baixa de Imobilizado	31	
Depreciações e Amortizações	1.078	835
Aumento (redução) em ativos operacionais	(25.382)	(9.530)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(22.798)	(7.920)
Operações de Crédito	(1.798)	(991)
Outros Créditos	(676)	(193)
Outros Valores e Bens	(110)	(426)
Aumento (redução) em passivos operacionais	4.870	24.252
Depósitos a vista	2.882	4.160
Depósitos sob Aviso	(201)	47
Depósitos a Prazo	2.874	15.157
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	15.365	11.745
Outras Obrigações	363	626
Relações Interdependências	(2.701)	(3.308)
Relações Interfinanceiras	(13.712)	(4.175)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	(14.491)	19.019
Atividades de Investimentos		
Alienação de Imobilizações	12	160
Aquisição de investimentos	(1.079)	(91)
Aplicação no Intangível	(1.742)	(1.747)
Aplicação no Diferido	(59)	(37)
Imobilizações em curso	207	(32)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(2.661)	(1.747)
Atividades de Financiamentos		
Aumento por novos aportes de Capital	1.566	2.934
Devolução de Capital à Cooperados	(2.182)	(1.929)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(6)	(3)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	(163)	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(785)	1.002
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	(17.937)	18.274
Modificações em Disponibilidades Líquida		
No Início do Período	87.842	80.967
No Fim do Período	69.905	99.241
Varição Líquida das Disponibilidades	(17.937)	18.274

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU - SICOOB VALE DO IGUAÇU, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 03/04/1998, filiada à CCC UNICOOB – SICOOB CENTRAL UNICOOB e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB VALE DO IGUAÇU possui 23 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: AMPÉRE - PR, SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE - PR, BARRAÇÃO - PR, MARMELEIRO - PR, FRANCISCO BELTRÃO - PR, DOIS VIZINHOS - PR, BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, SÃO JORGE D'OESTE - PR, NOVA PRATA DO IGUAÇU - PR, CRUZEIRO DO IGUAÇU - PR, SALTO DO LONTRA - PR, REALEZA - PR, PLANALTO - PR, PINHAL DE SÃO BENTO - PR, CAPANEMA - PR, VERÊ - PR, PRANCHITA - PR, SANTA IZABEL DO OESTE - PR, REBOUÇAS - PR, PRUDENTÓPOLIS - PR, IMBITUVA - PR.

O SICOOB VALE DO IGUAÇU tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31/08/2018.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em

aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL UNICOOB** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do

balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

r) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 30 de Junho de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2018.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de Junho de 2018 e 2017, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Cotas De Fundos De Investimento	39.219	7.920
TOTAL	39.219	7.920

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL UNICOOB**, com remuneração de, aproximadamente 100% do CDI.

5. Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Correspondentes no País	52	9
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	64.412	96.096
TOTAL	64.464	96.105

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL UNICOOB conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

A remuneração média da Centralização Financeira no semestre findo em 30 de junho de 2018 foi de 98,96 % (2017 – 99,80 %) do CDI e sua liquidez é imediata, desde que a cooperativa filiada mantenha 20% do saldo médio dos seus depósitos junto ao Sicoob Central Unicoob. No semestre findo em 30 de junho de 2018, a remuneração da centralização financeira foi de R\$ 2.164(2017 - R\$ 4.455), respectivamente, registrada no grupo "Ingressos de depósitos intercooperativos" da demonstração das sobras ou perdas.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2018			30/06/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	429	-	429	730
Empréstimos	114.023	63.364	177.387	132.145
Títulos Descontados	22.728	-	22.728	27.012
Financiamentos	3.279	3.863	7.142	7.423
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	55.844	20.001	75.845	83.863
(-) Provisões para Operações de Crédito	(5.593)	(2.767)	(8.360)	(6.633)
TOTAL	190.710	84.461	275.171	244.540

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2018	Provisões 30/06/2018	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017
AA - Normal	12.753	-	148	-	12.901	-	5.787	-
A 0,5% Normal	76.155	1.037	2.425	26.066	105.683	(528)	141.586	(708)
B 1% Normal	67.845	9.453	3.084	45.174	125.556	(1.256)	74.481	(745)
B 1% Vencidas	1.898	13	246	721	2.878	(29)	1.732	(17)
C 3% Normal	11.004	2.554	637	1.623	15.818	(475)	14.764	(443)

C	3%	Vencidas	1.300	27	267	407	2.001	(60)	2.432	(73)
D	10%	Normal	2.078	570	118	506	3.272	(327)	2.149	(215)
D	10%	Vencidas	7.497	23	41	71	7.632	(763)	1.857	(186)
E	30%	Normal	800	184	5	532	1.521	(456)	1.205	(362)
E	30%	Vencidas	1.078	19	50	245	1.392	(418)	1.218	(365)
F	50%	Normal	490	171	-	58	719	(359)	196	(98)
F	50%	Vencidas	578	17	17	4	616	(308)	346	(173)
G	70%	Normal	217	34	-	-	251	(176)	194	(136)
G	70%	Vencidas	238	10	39	-	287	(201)	376	(263)
H	100%	Normal	428	247	32	10	717	(716)	317	(317)
H	100%	Vencidas	1.668	158	33	428	2.287	(2.288)	2.533	(2.533)
Total Normal			171.770	14.250	6.449	73.969	266.438	(4.294)	240.679	(3.023)
Total Vencidos			14.257	267	693	1.876	17.093	(4.066)	10.494	(3.610)
Total Geral			186.027	14.517	7.142	75.845	283.531	(8.360)	251.173	(6.633)
Provisões			(5.917)	(827)	(206)	(1.410)	(8.360)		(6.633)	
Total Líquido			180.110	13.689	6.937	74.435	275.171		244.540	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	29.304	70.631	63.364	163.299
Financiamentos	997	2.282	3.863	7.142
Financiamentos Rurais	26.708	29.136	20.001	75.845
TOTAL	57.009	102.049	87.228	246.286

(*) Não contempla provisão de R\$ (8.360), adiantamento a depositantes R\$ 429, título descontado R\$ 22.728 e cheque especial e conta garantida R\$ 14.088.

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.652	33.047	7.121	70	42.887	15%
Setor Privado - Indústria	534	18.137	3.041	-	21.712	8%
Setor Privado - Serviços	5.436	66.337	11.283	11.762	94.818	33%
Pessoa Física	5.809	51.776	999	64.012	122.597	43%
Outros	86	1.148	284	-	1.518	1%
TOTAL	14.517	170.442	22.728	75.845	283.531	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo Inicial	(8.096)	(6.727)
Constituições	(48.073)	(38.637)
Reversões	45.253	35.952
Transferência para prejuízo	2.556	2.779
TOTAL	(8.360)	(6.633)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	4.187	1%	4.041	2%
10 Maiores Devedores	33.645	12%	29.577	12%
50 Maiores Devedores	76.543	27%	64.970	26%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Saldo inicial	(9.178)	(5.406)
Valor das operações transferidas no período	(2.611)	(2.550)
Valor das operações recuperadas no período	391	402
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	5	44
TOTAL	(11.393)	(7.510)

h) Operações renegociadas:

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2018, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 48, compreendendo as composições de dívidas,

prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2018	30/06/2017
Avais e fianças honrados	507	202
Rendas a Receber	622	981
Diversos (a)	2.763	2.034
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	(972)	(271)
TOTAL	2.920	2.946

(a) refere-se a devedores por depósito em garantia (R\$ 63), impostos e contribuições a compensar (R\$ 1.179), títulos e créditos a receber (R\$ 232), devedores diversos (R\$ 898), adiantamentos e antecipações salariais (R\$ 380), adiantamentos para pagamentos de nossa conta (R\$ 8), imposto de renda a recuperar (R\$ 2) e pagamentos a ressarcir (R\$ 1).

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999, para "avais e fianças honradas (R\$ 328)", os demais foram provisionados por decisão da administração e não possuem características de concessão de créditos.

8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.101	1.266
Material em Estoque	60	8
Despesas Antecipadas (b)	281	233
TOTAL	1.442	1.507

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL UNICOOB.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Participações em cooperativa central de crédito	8.618	4.803
Outras participações	2	2
TOTAL	8.620	4.805

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	-	45	
Instalações	4.999	4.151	10%

(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(2.104)	(1.719)	
Móveis e equipamentos de Uso	3.570	2.578	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(964)	(722)	
Sistema de Comunicação	300	127	20%
Sistema de Processamento de Dados	4.550	3.502	20%
Sistema de Segurança	774	611	10%
Sistema de Transporte	1.089	1.044	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(3.302)	(2.451)	
TOTAL	8.912	7.166	

(a) as imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Descrição	30/06/2018	30/06/2017	Taxa Depreciação
Outros Ativos Intangíveis	1.608	1.464	20%
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(1.061)	(833)	-
TOTAL	547	631	-

O intangível refere-se a contrato de cessão para utilização de licenças de softwares.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Depósito à Vista	49.185	38.572
Depósito Sob Aviso	1.084	1.341
Depósito a Prazo	181.137	178.779
TOTAL	231.406	218.692

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN n°4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	30/06/2018	% Carteira Total	30/06/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	2.808	1%	2.220	1%
10 Maiores Depositantes	19.366	8%	15.411	7%
50 Maiores Depositantes	58.147	25%	48.220	22%

(*) Não contempla grupos econômicos.

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(36)	(71)
Despesas de Depósitos a Prazo	(5.265)	(9.228)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(929)	(134)

Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(193)	(193)
TOTAL	(6.423)	(9.625)

12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	30/06/2018	30/06/2017
Recursos do Bancoob			69.300	80.606
(-) Despesa a apropriar Bancoob			(3.992)	(3.255)
TOTAL			65.309	77.351

13. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	132	170
Sociais e Estatutárias	883	1.072
Fiscais e Previdenciárias	672	696
Diversas	7.600	6.447
TOTAL	9.287	8.385

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	231	102
Resultado de Atos com Não Associados	1	0
Gratificações e Participações a Pagar	0	442
Cotas de Capital a Pagar (b)	650	527
TOTAL	883	1.072

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	134	216
Impostos e contribuições a recolher	538	480
TOTAL	672	696

13.3 Diversas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	35	96
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	442	300
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	3.431	3.966
Provisão para Passivos Contingentes	277	269
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	787	244
Credores Diversos – País (c)	2.628	1.571
TOTAL	7.600	6.447

(a) referem-se à provisão para pagamento de despesas com pessoal.

(b) refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das obrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Os Credores Diversos classificado em Diversos estão assim compostos:

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Credores Diversos - País	1.128	520
Cheques Descontados	119	584
Credores diversos – Liquidação Cobrança	1.381	467
TOTAL	2.628	1.571

14. Instrumentos financeiros

O SICOOB VALE DO IGUAÇU opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 878.

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Capital Social	44.924	39.988
Associados	25	21

b) Reserva Legal

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do

BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13/04/2018, os cooperados deliberaram pela destinação da sobra do semestre findo em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 3.163, sendo R\$ 1.494 para aumento do capital social, R\$ 1.500 para aumento do fundo de reserva, R\$ 163 destinado ao FATES, e R\$ 6 cotas de Capital a ex-associados.

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	2.044	1.334
Despesas específicas de atos não cooperativos	(334)	(200)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.013)	(558)
Resultado operacional	697	576
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(68)	77
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	629	653
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	629	653

17. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	399	293
Rendas de Empréstimos	19.702	17.003
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	3.310	4.666
Rendas de Financiamentos	833	971
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	0	6
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	202	0
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	1.635	0
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	713	0
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	187	0
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	0	2.724
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	831	76
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	399	702
TOTAL	28.211	26.441

18. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação (a)	(6.423)	(9.625)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(2.098)	(2.341)
Provisões para operações de crédito	(3.064)	(2.740)
TOTAL	(11.585)	(14.706)

(a) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(36)	(71)
Despesas de Depósitos a Prazo	(5.265)	(9.227)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(929)	(134)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(193)	(193)
TOTAL	(6.423)	(9.625)

19. Despesas de Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(29)	(27)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(618)	(574)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.219)	(1.720)

Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(1.772)	(1.406)
Despesas de Pessoal - Proventos	(4.524)	(4.128)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(6)	(1)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(27)	(31)
TOTAL	(9.195)	(7.887)

20. Despesas Administrativas

Descrição	30/06/2018	30/06/2017
Despesas de Água, Energia e Gás	(239)	(188)
Despesas de Aluguéis	(864)	(660)
Despesas de Comunicações	(281)	(387)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(79)	(134)
Despesas de Material	(198)	(177)
Despesas de Processamento de Dados	(893)	(840)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(425)	(279)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(112)	(230)
Despesas de Publicações	(6)	(3)
Despesas de Seguros	(152)	(114)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(1.405)	(1.783)
Despesas de Serviços de Terceiros	(603)	(402)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(237)	(167)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(356)	(175)
Despesas de Transporte	(1.027)	(813)
Despesas de Viagem no País	(164)	(154)
Outras Despesas Administrativas	(1.354)	(1.068)
Despesas de Amortização	(102)	(203)
Despesas de Depreciação	(976)	(632)
TOTAL	(9.473)	(8.409)

21. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	271	630
Rendas Juros Cartão de Crédito	654	461
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	88	87
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	149	58
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	249	89
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	159	114
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	76	47
Atualização bônus e rebate	2	0
Rendas de repasse delcredere	376	275
Outras Rendas Operacionais	148	34
TOTAL	2.172	1.795

22. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	(153)	(37)
Despesas de Descontos Concedidos	(6)	0
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(168)	(159)
Contribuições ao Fundo Garantidor de Depósitos	(238)	(210)
Provisão para Passivos Contingentes	0	(3)
Provisão para Passivos Trabalhistas	0	(163)
Despesas com Correspondentes Cooperativos	(25)	(2)
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	(6)	0
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	(4)	0
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	(215)	(205)
Outras Despesas Operacionais	(1.626)	(894)
Garantias Financeiras Prestadas	(160)	(133)
TOTAL	(2.601)	(1.806)

23. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	22	0
Ganhos de Capital	23	25
Outras Rendas não Operacionais	16	78
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(39)	0
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(4)	(26)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(104)	(2)
Resultado Líquido	(85)	76

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no semestre de 2018:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	1.483	0,43%	3
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	2.324	0,67%	8
TOTAL	3.807	1,09%	11
Montante das Operações Passivas	1.923	1,33%	

Operações ativas e passivas – saldo em <2018>:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	53	1	1%
Conta Garantida	104	1	1%
Empréstimo	1.093	10	1%
Financiamento	100	1	1%
Títulos Descontados	357	2	2%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	616	1,26%	0%
Depósitos a Prazo	5.853	2,65%	0,51%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	1,73%	
Empréstimos	1,58%	
Financiamento	1,73%	

Aplicação Financeira - Pós Fixada	93,39%	
-----------------------------------	--------	--

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO SEMESTRE DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,37%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,73%

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	65
Empréstimos e Financiamentos	13.303

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

No semestre findo em 30 de junho de 2018, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO SEMESTRE DE 2018 (R\$)	
Honorários	(647)
Encargos Sociais	(97)

25. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU - SICOOB VALE DO IGUAÇU, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC UNICOOB - SICOOB CENTRAL UNICOOB, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL UNICOOB, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL UNICOOB a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB VALE DO IGUAÇU responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL UNICOOB perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL UNICOOB:

Descrição	2018	2017
Ativo	73.032	100.901
Centralização Financeira	64.412	96.096
Investimentos	8.620	4.805

Passivo	-	-
Obrigação por Empréstimos e Repasses	-	-

26. Gerenciamento de Risco

26.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da **COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 Resolução CMN 4.090/2012, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

26.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito da **COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

26.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da **COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a **COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB VALE DO IGUAÇU** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.**27. Seguros contratados – Não auditado**

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Patrimônio de Referência (PR)	59.209	52.127
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	344.681	300.577
Índice de Basileia (mínimo 13%) - %	17,18	17,34
Imobilizado para cálculo do limite	8.914	7.344
Índice de imobilização (limite 50%) - %	15,16	14,09

28. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	30/06/2018		30/06/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	230	46	245	0
Outros	47	17	24	0
TOTAL	277	63	269	0

Segundo a assessoria jurídica do SICCOB VALE DO IGUAÇU, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 2.137.

29. Outros assuntos

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a conseqüente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº.3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no Sicoob Confederação, a Superintendência de Gestão de Risco e Capitais, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atender-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

ROBERTO SCHIAVINI

JEFERSON LEANDRO ROSSET

DIRETOR SUPERINTENDENTE

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FIN.

ELENICE DA ROCHA SOARES PELISSON

CONTADORA 050229/O4 PR